

Pablo Dominguez Martinez

DIREITO AO ESQUECIMENTO

*A proteção da memória individual
na sociedade da informação*

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2014

Copyright © 2014 by Pablo Dominguez Martinez

Categoria: Direito Digital

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: José Roberto dos Santos Lima

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Sumário

INTRODUÇÃO	5
1. A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	11
1.1. Dignidade da pessoa humana como fundamento dos direitos da personalidade	12
1.2. Reconhecimento e positivação dos direitos da personalidade	23
1.3. Conceito de direitos da personalidade	27
1.4. Características dos direitos da personalidade	30
1.5. Previsão Constitucional e legal dos direitos da personalidade	35
1.6. O aspecto “moral” dos direitos da personalidade	37
1.6.1. Honra	37
1.6.2. Imagem	40
1.6.3. Nome	44
1.6.4. Privacidade	48
2. O ESQUECIMENTO	55
2.1. Necessidade biológica: o esquecimento como regra	58
2.2. Esquecimento x Memória Social (aspecto público)	68
2.3. Esquecimento x memória individual (aspecto privado)	79
2.3.1. Definição de direito ao esquecimento	80
2.3.2. A autonomia do direito ao esquecimento e seu fundamento	81
2.3.3. Casos célebres de direito ao esquecimento pelo mundo	88
3. A REGULAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO: EXPERIÊNCIA COMPARADA E A LEGISLAÇÃO NACIONAL	93
3.1. Aplicação legal no Brasil	94
3.2. O <i>Habeas data</i> e a lei de acesso à informação	104
3.3. A experiência estrangeira	111
3.3.1. A Lei de Proteção de Dados na Espanha e o regramento europeu	113
3.3.2. O sistema americano e a influência do regramento europeu	130
3.4. A Lei nº 12.965/2014 – O Marco civil da Internet	133

4. DIREITO AO ESQUECIMENTO: CRITÉRIOS PARA SUA APLICAÇÃO	151
4.1. O conflito da liberdade de expressão e informação x a proteção / controle de dados fundados no direito ao esquecimento	151
4.2. A jurisprudência brasileira e a aplicação do direito ao esquecimento	157
4.3. Sugestões para a resolução do conflito entre liberdade de informação e o direito ao esquecimento	159
4.3.1. Critérios atuais e insuficientes utilizados na ponderação	160
4.3.1.1. Pessoa pública	161
4.3.1.2. Local público	164
4.3.1.3. Ocorrência de crime	167
4.3.1.4. Evento histórico.....	169
4.3.2. Novos critérios para a ponderação	172
4.3.2.1. Domínio público.....	174
4.3.2.2. Preservação do contexto original da informação pretérita	175
4.3.2.3. Preservação dos direitos da personalidade na rememoração....	178
4.3.2.4. Utilidade da informação	180
4.3.2.4.1. Efetivo interesse público e curiosidade pública	180
4.3.2.4.2. Casos de “efetivo” interesse público.....	186
4.3.2.5. Atualidade da informação	188
4.3.2.5.1. A informação tem vida útil?.....	191
4.3.2.6. Como estabelecer critérios para a utilização de informações pretéritas?	194
4.3.2.6.1. Fatos criminosos.....	195
4.3.2.6.2. Fatos não criminosos	199
CONCLUSÃO	203
REFERÊNCIAS	211